

Gestão de Projetos Sustentáveis

2

Franciele Braga Machado Tullio
Leonardo Tullio
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Franciele Braga Machado Tullio

Leonardo Tullio

(Organizadores)

Gestão de Projetos Sustentáveis

2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G393 Gestão de projetos sustentáveis 2 [recurso eletrônico] /
Organizadores Franciele Braga Machado Tullio, Leonardo Tullio.
– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Gestão de Projetos
Sustentáveis; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-72-7

DOI 10.22533/at.ed.727183110

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Gestão ambiental. 3. Meio
ambiente. I. Tullio, Franciele Braga Machado. II. Tullio, Leonardo.
III. Série.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Gestão de Projetos Sustentáveis” aborda em seu segundo volume 17 capítulos de pesquisas recentes sobre sustentabilidade num sentido mais abrangente de ações que envolvem mudanças de aspecto social.

Para que um projeto seja considerado sustentável ele precisa obedecer aos três critérios. Deve ser um projeto que contemple a correta utilização de recursos naturais, deve ser socialmente aceito e economicamente viável.

Promover a qualidade de vida na sociedade sem prejuízo aos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento econômico, são desafios enfrentados na promoção da sustentabilidade nos espaços urbanos.

A qualidade de vida, do ambiente, responsabilidade social, e do espaço urbano são exemplos de benefícios que a aplicação de práticas sustentáveis traz à sociedade.

A presente obra pretende demonstrar exemplos práticos que podem auxiliar na formação de cidades inteligentes sem prejuízo aos recursos naturais.

Isto posto, esperamos que esta obra traga ao leitor conhecimento a respeito do desenvolvimento de pesquisas visando a sustentabilidade promovendo a melhoria da qualidade de vida na sociedade.

Franciele Braga Machado Tullio
Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICABILIDADE DOS CONCEITOS DE CRESCIMENTO INTELIGENTE “SMART GROWTH” POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO URBANA: PIU RIO BRANCO	
<i>Gabrielle Veroneze Mendes Muniz</i>	
CAPÍTULO 2	15
A ORGANIZAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL DA MESORREGIÃO DE CHAPECÓ – SC	
<i>Andreia Fatima Trichês</i>	
<i>Caroline Dallacorte</i>	
<i>Claudio Jacoski</i>	
CAPÍTULO 3	32
A SUSTENTABILIDADE CULTURAL DAS CIDADES: A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
<i>Tarcisio Dorn de Oliveira</i>	
<i>Lia Geovana Sala</i>	
<i>Igor Norbert Soares</i>	
<i>Jandha Telles Reis Vieira Müller</i>	
<i>Gabriel Da Silva Wildner</i>	
CAPÍTULO 4	42
ABRIGOS EMERGENCIAIS: UM OLHAR ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO DAS HABITAÇÕES	
<i>Paulo Eduardo Hauqui Tonin</i>	
CAPÍTULO 5	54
AGENDA 21 LOCAL E URBANISMO TÁTICO: UMA ABORDAGEM SOBRE O DIREITO À CIDADE	
<i>Michelle Lima de Carvalho Silva</i>	
<i>Rômulo José da Costa Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 6	68
ANÁLISE DA GERMINAÇÃO DO BARU – DIPTERYX ALATA VOGEL (FABACEAE) EM DIFERENTES SUBSTRATOS, VALPARAÍSO DE GOIÁS	
<i>Lucivânio Oliveira Silva</i>	
<i>Arthur Dutra do Bonfim</i>	
CAPÍTULO 7	81
APO E PROGRAMAÇÃO ARQUITETÔNICA: REFLEXÕES BASEADAS EM UM ESTUDO DE RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	
<i>Dominique Barros</i>	
<i>Virginia Maria Dantas De Araújo</i>	
<i>Gleice Azambuja Elali</i>	
CAPÍTULO 8	97
ENSINO E SUSTENTABILIDADE APLICADA À ARQUITETURA: O POTENCIAL DO ESPAÇO DO CANTEIRO EXPERIMENTAL	
<i>Ricardo Socas Wiese</i>	
<i>Vinícius C. C. Linczuk</i>	
<i>Larissa Nunes Acco</i>	

CAPÍTULO 9	110
ENTRAVES AO DESLOCAMENTO PEDONAL EM UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE: OS NÍVEIS DE CAMINHABILIDADE NA CIDADE DE GOIÁS-GO	
<i>Pedro Henrique Gonçalves</i> <i>Thalita Pereira da Fonseca</i> <i>Carina Folea Cardoso</i>	
CAPÍTULO 10	123
GREENWASHING: APELOS DE SUSTENTABILIDADE E A AUTORREGULAÇÃO PUBLICITÁRIA NO BRASIL	
<i>Gabriela Almeida Marcon Nora</i>	
CAPÍTULO 11	138
INGLESES: UMA BREVE ANÁLISE MORFOLÓGICA E AS POTENCIALIDADES TRAZIDAS PELO RIO CAPIVARI	
<i>David Sadowski</i> <i>Adriana Marques Rossetto</i>	
CAPÍTULO 12	150
AS COMPRAS SUSTENTÁVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
<i>Fernanda da Rosa Becker</i>	
CAPÍTULO 13	160
LODGE SUSTENTÁVEL NA SELVA PERUANA	
<i>Diana Lucía Gómez Valladares</i>	
CAPÍTULO 14	174
MOTIVAÇÕES E BARREIRAS DA ECOINOVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA LITERATURA	
<i>Bruna Joaquim</i> <i>Fernando Lúcio Mendes</i> <i>Andréa Cristina Trierweiller</i> <i>Helio Aisenberg Ferenhof</i>	
CAPÍTULO 15	187
O EMPREENDEDOR SOCIAL E A INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS	
<i>Daniela de Oliveira Massad</i> <i>Édis Mafra Lapolli</i>	
CAPÍTULO 16	204
PROCESSO DE PRODUÇÃO VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA EM UMA INDUSTRIAL METALMECÂNICA	
<i>Claudiana Aparecida e Silva Noro</i> <i>Jeancarlos Araldi</i> <i>Mauro Almeida Tanaka</i>	
CAPÍTULO 17	218
PROJETO ECOAR	
<i>Lavínia de Melo Ferreira</i> <i>Cecília Lôbo Galvão de Rossiter Correa</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES	229

A SUSTENTABILIDADE CULTURAL DAS CIDADES: A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Tarcisio Dorn de Oliveira

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Ijuí – Rio Grande do Sul

Lia Geovana Sala

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Ijuí – Rio Grande do Sul

Igor Norbert Soares

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Ijuí – Rio Grande do Sul

Jandha Telles Reis Vieira Müller

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Ijuí – Rio Grande do Sul

Gabriel Da Silva Wildner

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Exatas e Engenharias – DCEEng
Ijuí – Rio Grande do Sul

RESUMO: A presente investigação intenta abordar questões relacionadas em articular a proteção da arquitetura através da educação patrimonial, no sentido de entender e conhecer

melhor o ambiente construído, através de uma reflexão constante do pensamento crítico e reflexivo em relação a sustentabilidade dos bens edificados. Visa instigar a sociedade na contemporaneidade para que possa desenvolver ações adequadas fortalecendo a identificação, a valorização e a preservação da memória, onde através da arquitetura, seja possível observar a importância que tais edifícios trazem para a cidade, criando olhares que busquem e apreciem a manutenção da arquitetura patrimonial em um ambiente que se tenha respeito ao antigo, a história e ao mesmo tempo auxiliando no que diz respeito a sustentabilidade ambiental das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura; patrimônio; educação; preservação;

1 | INTRODUÇÃO

Arquitetura vista como patrimônio pode ser entendida como construção social, e nesse sentido, como relação do sujeito com o local por meio da memória e da identidade. A memória social confere sentido a arquitetura de uma cidade, pois dentro desta dinâmica do processo de construção da memória social, o aspecto do patrimônio pertencer e se mostrar público corrobora com o pertencimento do coletivo, de

forma que a memória já inserida no cotidiano das cidades impulse a preservação e a sustentabilidade das edificações de relevância arquitetônica. Como aponta Harvey (2000), sobre a construção coletiva do homem, a arquitetura e a cidade, se transformam em uma extensão do que a coletividade quer.

A arquitetura assume um papel que acaba por contribuir na formação da identidade da cidade, na formação dos grupos, das categorias sociais e no resgate da memória, desencadeando assim, uma ligação entre o sujeito e suas raízes. Arantes (2006), observa que é a presença das edificações e a sustentabilidade das mesmas fortalecem tais conceitos, pois a preservação das áreas urbanas possui um forte caráter democrático dentro da possibilidade de favorecer o reconhecimento por toda a comunidade local da historicidade e a noção de possibilidade de mudança das estruturas sociais transcendendo as atividades cotidianas. Oliveira (2017) reforça:

A força desses monumentos são ideias e imagens transpostas ao espaço e, num caminho inverso, espaço transposto às ideias e às imagens que não são fixas, mas semente e fruto do imaginário. Está aí o maior poder do monumento/da monumentalidade: estar nos lugares e no imaginário. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte do imaginário e da memória social de uma localidade, assim, [...] possuidores de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social, assim como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial (OLIVEIRA, 2017, p. 67)

As significações dadas a arquitetura, conforme Medeiros e Surya (2009), acabaram por gerar não somente a simples preocupação de grupos isolados ou familiares de garantir seu legado para gerações futuras, como também, passaram a estimular a produção de leis de salvaguarda transformando-se em uma problemática mundial. Tomaz (2010) analisa que, o cuidado ao preservar o patrimônio de uma cidade objetiva preservar a sustentabilidade da memória local, valorizando assim o contexto social de qualquer ambiente que possua significado para a comunidade, pois não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver.

A arquitetura como protótipo de uma obra de arte dá-se na coletividade sendo a resposta do movimento que ocorre em determinado tempo e espaço, ligando-se diretamente à história, identidade e pertencimento. Preservar tais vestígios, evoca o suporte à memória estabelecendo um vínculo no processo de aprendizagem social e no processo de construção da cidadania. Canani (2005) afirma que a arquitetura vista como patrimônio está relacionada a um bem que pertence ao paterno, tão valioso que justifica sua herança e preservação, por nela estar incutida a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda.

Nesse sentido, a educação torna-se uma aliada na sustentabilidade do patrimônio arquitetônico. Medeiros e Surya (2009) reforçam que a educação, através da educação patrimonial, pode ser um instrumento de alfabetização cultural possibilitando o sujeito fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo

sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidade, e a valorização da sua cultura. Daí a importância de se pensar a prática educativa com o objetivo de proporcionar elementos para a formação de uma consciência cultural mais crítica, o que sem dúvida, contribuirá para a preservação da arquitetura, proporcionando as gerações futuras usufruir da herança cultural compreendendo o processo de desenvolvimento da identidade local/nacional.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) salientam que a educação patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura. O trabalho de educação patrimonial busca levar todos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. É através dela que a comunidade tem acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar o mesmo, bem como as expressões materiais que dele se origina.

O presente ensaio teórico desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias – Gtec – da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, objetiva conceituar, contextualizar e refletir sobre a importância da arquitetura nas cidades, esta, vista como patrimônio, no sentido de valorizar a construção dos espaços urbanos evocando os bens materiais que possuem significância colaborando com o fortalecimento do sentimento de identidade e pertencimento através da educação patrimonial.

2 | METODOLOGIA

Na elaboração deste ensaio teórico observou-se o estudo exploratório, onde tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que esta reflexão tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, onde seu planejamento a priori é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, que a partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das reflexões propostas, a partir dos autores consultados, torna-se possível avançar no sentido de promover variados entendimentos sobre a importância da arquitetura para a memória social, haja visto, que a educação patrimonial mostra-se como uma maneira de colaborar com o fortalecimento do sentimento de pertencimento com o local reafirmando a identidade das cidades. Nesse sentido, algumas ponderações são propostas a seguir.

A sustentabilidade da arquitetura através da preservação do patrimônio arquitetônico

Patrimônio arquitetônico é o conjunto de bens materiais que contam a história de uma cidade e sua relação com o meio onde estão inseridos, sendo o legado herdado do passado e transmitido as novas gerações. Medeiros e Surya (2009) observam que o patrimônio arquitetônico é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar e de uma sociedade, que por vezes, se perde pelas mudanças e interferências do mundo globalizado e contemporâneo. Nesse viés, Oliveira e Callai (2017) complementam:

Proteger a arquitetura é manter vivas as marcas da história ao longo do tempo, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações materiais produzidas socialmente ao longo do tempo. O traçado da cidade, os desenhos dos passeios, as praças, o paisagismo, as manifestações culturais, os costumes, os saberes, as práticas culturais tornam-se referências simbólicas e afetivas da sociedade em relação ao espaço vivido, e constituem a imagem e a identidade da cidade (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

Oliveira et al. (2014) observam que o planejamento urbano encontra desafios, pois está comprometido com o alcance de um futuro mais justo, onde para o alcançar esse objetivo, por vezes, há a necessidade de transformação das funções urbanas, da reconfiguração do território, do reconhecimento da instabilidade e da complexidade da área do planejamento urbano. Neste contexto, entra a preservação do patrimônio das cidades, onde o dilema passa a ser o da requalificação sem agredir a paisagem urbana que traz muitas histórias e memórias, haja visto, que a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal.

Rocha (2012), observa que no Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, através da criação do SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já Medeiros e Surya (2009), ressaltam que a necessidade de preservar o patrimônio arquitetônico no Brasil manifesta-se em um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção desses bens, onde o patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional.

Nesse contexto, Dias e Machado (2009), salientam que como política de preservação do patrimônio podem ser identificadas uma série de medidas composta, basicamente, de um conjunto de normas, suporte técnico adequado e canais de participação da sociedade, onde é importante que se considere a valorização de políticas preventivas, compensatórias e de estímulo, bem como, a diversidade de alternativas de proteção, buscando entender a questão da preservação de maneira sistêmica e abrangente. Complementam essa política ações de formação da consciência preservacionista.

A preservação do patrimônio e o resgate da memória são constituídos de impressões, experiências e significados que estão no fato de que é o que retemos o que nos dá a dimensão de sentido no mundo, pois esses lugares identificados apresentam uma força de representação simbólica capaz de despertar ilhas de afetividade em seus habitantes e na comunidade. O que seria de uma cidade sem a história de sua evolução, sem as memórias daqueles que ajudaram a erguê-la, sem os mitos e lendas que encantam e seduzem quem passa por elas? A maior parte desta história de evolução está preservada em seus prédios antigos, cujas fachadas preservam em seus diversos estilos a linha do tempo do povo que ali habita (OLIVEIRA, 2017, p. 67).

Oliveira et al. (2014), analisam que as políticas de preservação do patrimônio transformam-se em peças essenciais e estratégicas, sendo, por vezes, identificadas como verdadeiros instrumentos de gestão das cidades, onde a integração do patrimônio ao dia a dia das pessoas e às suas celebrações faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural. Assim, Oliveira e Callai (2017) reforçam:

Os bens patrimoniais atuam como suporte do imaginário e da memória social de uma localidade, ou seja, os edifícios e áreas urbanas possuidoras de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social, onde a educação nesse contexto, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho centrado na arquitetura como fonte primária de conhecimento individual e ou coletivo (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

Choay (2001) fala que a preservação do patrimônio abrange diversos aspectos daquilo que é considerado monumento histórico, onde no caso dos bens arquitetônicos, essa discussão relaciona-se intimamente com uma de suas características intrínsecas - o uso. A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica.

É através da materialidade, que o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade e pertencimento, podendo também, reconstruir o seu passado histórico. Para Oliveira e Oliveira (2008) preservá-la, pode ser uma medida eficaz, garantindo que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Nessa perspectiva, Oliveira e Callai (2017) reforçam:

A arquitetura possui a capacidade de estimular a memória das pessoas, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação, onde a preocupação em protegê-lo começou no início do século XX, sendo criadas a partir daí várias normativas, comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. Observa-se a importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina de preservação da arquitetura, onde a noção de preservação do patrimônio surge junto a movimentos sociais que buscam a autonomia e a valorização da cultura local e global (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

Tomaz (2010) salienta que ao preservar uma edificação de relevância para a comunidade também se preservam histórias, fazendo uma ligação entre elas que vai se renovando e se (re) significando diariamente, pois com a conservação de bens patrimoniais se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história. O autor, mais uma vez salienta a importância da conservação de bens patrimoniais cotidianos e acessíveis a todos, que possam estar ligados com outros espaços de uma comunidade que se conversam e se complementam ao contar a história dos acontecimentos que ali se deram relevantes para a formação e sustentabilidade do espaço.

A preservação do patrimônio arquitetônico através da educação patrimonial

Conforme Oliveira e Callai (2017) o patrimônio arquitetônico diz respeito às maneiras de o sujeito existir, pensar e se expressar, bem como, as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas, sistema de valores e tradição. Dentre as várias iniciativas que visam à promoção do patrimônio, uma das mais difundidas atualmente, é sem dúvidas, a educação patrimonial.

Para Rocha (2012), tal ação, é considerada como o ensino focalizado nos bens culturais, e tem como objetivo, proporcionar a comunidade um contato maior com o patrimônio local. O autor salienta que com ela, busca-se levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização do universo sociocultural da comunidade, o que acaba por capacitá-los a usufruir, de maneira correta destes bens.

A educação trabalhada junto com o patrimônio cultural, no caso a educação patrimonial, possibilita várias interpretações, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania, podendo defini-la, como um ensino centrado nos bens culturais, onde a metodologia toma estes bens como ponto de partida para desenvolver tarefas pedagógicas que consideram tais bens como fonte primária do ensino consequentemente gerando a responsabilidade na busca, na valorização e na preservação, onde o processo educativo tem como objetivo levar os sujeitos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição e o uso de conceitos e habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 148).

Cerqueira (2005), observa que a educação valoriza, cada vez mais, seu papel como formadora da cidadania, onde a escola não somente informa conhecimentos que

futuramente serão a base da formação profissional, mas sobretudo forma cidadãos. Nesse sentido, Santos (2007) complementa que despertar os sujeitos para a utilização do patrimônio local como ponto de partida no processo ensino-aprendizagem implica no fortalecimento da identidade cultural, onde capacitar a comunidade para (re) descobrir e perceber os valores e particularidades de sua identidade cultural, partindo de suas experiências é aconselhável empregar a metodologia da educação patrimonial.

A educação patrimonial é uma forma de conscientizar, as comunidades da importância de preservar seus bens culturais, que são os registros dos acontecimentos da história do lugar e da sociedade, que muitas vezes, se perdem por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade que sofre as mudanças e interferências do mundo globalizado. Medeiros e Surya (2009) entendem a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Ainda Horta, Grunberg e Monteiro (1999), observam que a educação patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais) e também se adequar a qualquer tipologia de patrimônio, ou seja, qualquer evidência material ou manifestação da cultura. Souza (2008) salienta que além de um importante documento a ser trabalhado, o patrimônio cultural edificado tem sua relevância no tocante ao vínculo direto com o passado, muito perceptível para os alunos, sobretudo dada à proximidade tátil, visto serem fragmentos da história que ainda são palpáveis e perceptíveis num simples caminhar descompromissado pelas ruas das cidades.

A educação patrimonial, conforme Machado (2010) diz respeito a um processo educativo que trata o patrimônio cultural a partir da importância de sua preservação, buscando a apropriação dos bens culturais pela sociedade. Nesse sentido, Dimenstein (2017) reforça que a temática educação patrimonial é um movimento que visa recuperar, valorizar e (re) significar a trajetória seguida por outros – que, a seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar a memória. É fundamental para a construção coletiva de uma nova percepção das ações educativas nesse campo.

Soares (2003) observa que por meio da educação patrimonial, pode-se promover a conscientização do papel de cada sujeito como formador-perpetuador da memória e do patrimônio arquitetônico de sua sociedade. A educação patrimonial, através de Teixeira (2008) viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalhar questões referentes ao patrimônio oferecem-se subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Figueiredo (2002) afirma que:

[...]a ideia básica da educação patrimonial é, em primeiro lugar, sensibilizar os alunos (tanto do nível fundamental como médio) para a importância da valorização e preservação do patrimônio, em outras palavras, despertar a sensibilidade da comunidade escolar sobre a importância de valorizar e entender os sinais e registros do passado (FIGUEIREDO, 2002, p.57).

Para Cerqueira et al. (2008) um dos principais objetivos que motivam a educação patrimonial é, por meio de abordagem inclusiva, o fomento à autoestima das comunidades locais, estimulando o conhecimento e valorização de seu patrimônio, memória e identidades culturais. Paralelamente, busca sensibilizar as comunidades para a preservação de suas variadas formas de patrimônio material e imaterial, que constituem suportes de sua memória e identidade cultural.

Atualmente o conhecimento sobre o patrimônio é mais amplo e por isso, a educação patrimonial, na visão de Faria e Woortmann (2009) busca transmitir aos sujeitos a noção de que a cultura é um processo social, participativo, e não elitista como na época de criação das instituições responsáveis pela gestão do patrimônio, e que o patrimônio é muito mais do que edificações. Muitas sociedades, por não participarem do processo de escolha salvaguarda dos patrimônios que as representam, não se importam com o destino e o estado de conservação destas edificações.

Relacionando as capacidades intelectuais, a aquisição e o uso de conceitos e habilidades na vida diária e processo educacional, Dimenstein (2017) percebe que a educação patrimonial leva em conta os territórios como espaço educativo, onde o patrimônio cultural de uma localidade não se restringe apenas aos bens edificados, mas se expande para além dos muros de um espaço físico ou espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais.

A autora afirma que seus efeitos se potencializam quando consegue interligar os espaços tradicionais de aprendizagem aos equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas às práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo o patrimônio arquitetônico como um bem isolado ou em conjunto, tais edificações, formam e fortalecem o testemunho da intervenção humana no ambiente construído. Sua preservação relaciona-se em salvaguardar o passado, as vivências e as transformações ocorridas em certo tempo e espaço. A arquitetura oferece subsídios fundamentais acerca do passado das cidades, haja visto, que nela habita possibilidades que contribuem para a formação da memória, identidade e pertencimento, como também, para a formação da sociedade e das categorias sociais desencadeando uma

forte ligação entre o sujeito e suas raízes.

A arquitetura patrimonial pertence à comunidade que a produziu e que a compõem, onde a consciência em preservar contribui para que os demais possam usufruir desta herança e, que por meio destes testemunhos do passado, possam compreender o processo de desenvolvimento da identidade deste espaço. Sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural dos sujeitos, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. O patrimônio arquitetônico pertence a todos, sendo visto e compreendido como um bem público. Entretanto, não basta apenas o entendimento nessa dimensão, é necessário que os sujeitos tenham a consciência de sua importância e a relevância de sua salvaguarda. Nesse sentido, tais monumentos arquitetônicos possibilitam uma experiência concreta, de fácil leitura visual evocando e explicando os legados do passado.

A ligação de educação e preservação do patrimônio é fundamental para a formação do indivíduo, pois o processo educacional centrado na arquitetura, mostra-se como um instrumento de gestão e alfabetização cultural capacitando os sujeitos para a leitura e compreensão do universo sociocultural em que estão inseridos. Logo, este processo destaca-se como uma possibilidade de construção da identidade, participação, democracia e cidadania, ao mesmo tempo em que, se valoriza a arquitetura local, introduzindo a construção de um conhecimento conjunto, apropriado e elaborado coletivamente. A educação patrimonial busca resgatar uma relação de afeto para com o patrimônio, permitindo aos sujeitos um processo de aproximação com a arquitetura e com a memória urbana de forma agradável, prazerosa e lúdica.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana**. Goiânia/GO, Revista Habitus, 2006.

CANANI, A. S. Krás, B. **Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil**. Horiz. antropol. [online]. 2005, vol.11, n.23, pp. 163-175. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 09 dez de 2016.

CERQUEIRA, F. V. **Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Diálogos, Londrina, v. 9, n. 1, p.91-109, nov. 2005.

CERQUEIRA, F. V; BENDJOUYA, G; SANTOS, D. O. M. dos; MELO, A. D. de. **Educação Patrimonial: perspectivas multidisciplinares**. Pelotas, RS: Instituto de Memória e Patrimônio Cultural – UFPEL. Pelotas: Editora da UFPEL, 2008.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS, R; MACHADO, G. de C. **Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local**. Revista Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez./2009.

DIMENSTEIN, D. **Educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes – PE**. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão

de Curso (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) - Universidade Federal da Bahia, Bahia / BA, 2017.

FARIA, N. D. M. de; WOORTMANN, E. F. **A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco.** Revista Hospitalidade. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 49-72, jun.- dez. 2009.

FIGUEIREDO, B. G. In: MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial.** Grupo Gestor (org.). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação/Minas Gerais, 2002, p.51-64.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MACHADO, G. de C. **O ensino da educação patrimonial nas escolas municipais de belo horizonte: análise das repercussões dos projetos paisagem de BH - uma descoberta e do projeto onde mora a minha história?** 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Instituto de educação continuada, pesquisa e extensão, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte / MG, 2010.

MEDEIROS, M. C. de. SURYA, L. **A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.** Anais... ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, A. P. de P. L. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática.** Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, T. D. de. **A arquitetura como cenário de nossas lembranças: o patrimônio arquitetônico de Tupanciretã / RS.** Revista Missioneira, Santo Ângelo / RS, v. 19, n. 2, p. 60-68, jul. 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. **Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial.** Revista Di@logus, Cruz Alta / RS, v. 6, n. 3, p. 141-149, set. 2017.

OLIVEIRA, T. D. de; LANG, C. B.; BOCK, D. S.; COSTELLA, F. F. **Preservação do patrimônio histórico e cultural através do planejamento urbano: A gestão no município de Cruz Alta/RS.** Revista RevInt, v.2, p.93 - 107, 2014.

ROCHA, T. S. F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.** In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH, 18., 2012, Mariana / Mg. Anais... Mariana: Anpuh-MG, 2012. v. 1, p. 1 - 12.

SANTOS, M. S. Soares dos. **Educação e Patrimônio: Uma construção da Identidade.** Fórum Identidades, Itabaiana, v. 2, n. 1, p.49-60, jul. 2007.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

SOUZA, V. V. **Espichar e escorar: Modernização e preservação na Terra do Bode (Batalha-PI). O que fazer?** Anais... In: Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, 2008, UFPI, Teresina, PI.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de história.** Biblos, Rio Grande / RS, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan. 2008.

TOMAZ, P. C. **A Preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** São Paulo/SP, Revista Fenix, 2010.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Franciele Braga Machado Tullio Engenheira Civil (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG/2006), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/2009, Mestre em Ensino de Ciências e Tecnologia (Universidade Tecnológica federal do Paraná – UTFPR/2016). Trabalha como Engenheira Civil na administração pública, atuando na fiscalização e orçamento de obras públicas. Atua também como Perita Judicial em perícias de engenharia. E-mail para contato: francielebmachado@gmail.com

Leonardo Tullio Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia – Geotecnologias, com ênfase em Topografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-72-7

